

A indiferença é um grau de liberdade

Suellen Caroline Teixeira¹

RESUMO

Apresenta-se aqui uma explanação cartesiana sobre o tema da indiferença abarcando a liberdade humana. As teses que tentam explicar o termo são expostas em duas cartas de Descartes a Mesland, de 2 de maio de 1644 e 9 de fevereiro de 1645, cujas traduções estão anexadas ao trabalho, pois são fundamentais para a elaboração do problema. O tema, por sua vez, suscita grandes questões como o papel da vontade; a importância da luz natural, que ilumina a razão e permite ao homem escolhas consolidadas pela evidência (clareza e distinção), o que o leva em direção ao verdadeiro e bom. Por isso, afirmamos que a indiferença, para o homem, deve ser entendida em dois sentidos, um negativo e outro positivo. No sentido negativo trata-se da pouca motivação da vontade (quando a evidência não é clara). No sentido positivo é exatamente o poder da faculdade de escolha de se determinar, como no caso em que a razão propende para um lado e a vontade pode escolher o contrário. O objetivo principal do artigo é proporcionar aos estudiosos cartesianos uma pesquisa sobre o tema aberto a discussões – a indiferença – e, com a tradução, disponibilizar material para a pesquisa no Brasil.

Palavras-chave: indiferença, Descartes, Mesland, vontade

Descartes: Freedom of Indifference

ABSTRACT

The main aim of this paper is to provide Cartesian scholars with translated research in Brazil on the theme of indifference and human freedom. Descartes wrote two letters to Mesland that feature a thesis which attempts to explain the idea of indifference on May 2, 1644 and February 9, 1645. Translations of these letters are attached to this work and are fundamental for the development of the theme this paper is discussing. This paper discusses the role of the will and the importance of natural light that illuminates reason. Reason allows man to consolidate choices from the given evidence with clarity and distinction—which leads toward the truth. Indifference to man must be understood in two ways, one negative, and the other positive. The negative meaning of indifference refers to the low motivation of the will when the evidence is not clear. The positive meaning of indifference is the power of choice for the philosopher to determine himself, as is the case wherein the ratio of evidence is inclined to one side and clearly points to the truth.

Keywords: indifference, Descartes, Mesland, will

Autor para correspondência: Suellen Caroline Teixeira
Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG,
Brasil.

E-mail: suellenkaroline1989@yahoo.com.br

Recebido em: 12 março 2015

Aceito em: 21 março 2015

¹Universidade Federal de Uberlândia,
MG, Brasil

INTRODUÇÃO

A indiferença é um grau de liberdade que o indivíduo se encontra quando num estado de não alteração – aversão ou atração – a algo ou alguma coisa; é a falta de motivação para a ação. No século XVII a discussão fervilhava, pois o termo traz duas formas contrárias de interpretação. A indiferença pode ser considerada uma faculdade positiva do indivíduo se determinar, para um ou outro lado, sem qualquer intervenção ou estímulo. De outro modo, pode ser uma faculdade negativa, como evidencia Descartes, donde se opõe à liberdade, pois o homem quando não encontra motivos que o direcionem para um ou outro lado não é capaz de deliberar sobre o que escolher.

Tal tema se mostra indispensável quando tratamos de modo mais específico a liberdade. A indiferença é ainda confrontada das duas formas distintas como explicaremos. A posição de Descartes é exposta em duas cartas a Mesland de 2 de maio de 1644 e de 9 de fevereiro de 1645. Nosso objetivo foi promover a discussão entre os estudiosos cartesianos e proporcionar material para pesquisa..

MATERIAL E MÉTODOS

Nossa pesquisa é inteiramente teórico-bibliográfica, realizada a partir de fontes originais: as cartas escritas por Descartes ao seu interlocutor Mesland de 2 de maio de 1644 e 9 de fevereiro de 1645 – cujas traduções próprias (extrato da primeira e a segunda completa) que foram disponibilizadas em anexo no artigo; as obras básicas de Descartes *Meditações Metafísicas 1 e Princípios da Filosofia*²; o *Dicionário Descartes* de John Conttingham; e *Essai sur l'idée de Dieu et les preuves de son existence chez Descartes* do comentador Alexandre Koyré.

Nas traduções fizemos o possível para manter a escrita original sem alterações e interpretações para preservar o conteúdo e teor das cartas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O debate acerca da questão da liberdade de indiferença é bem delicado, a confusão é demonstrada por Descartes em duas cartas

rendidas a Mesland, donde ele apresenta as duas teses que rondam o tema. Muitos estudiosos seguem a tradição que classifica a indiferença como o maior exercício de liberdade. Em termos gerais, a indiferença é o estado de não alteração de ânimo, ou seja, não atração e não aversão a algo ou alguém; uma falta de motivação para uma ação, de acordo com o dicionário: frieza de ânimo. Então, para alguns filósofos, agir indiferentemente, sem que seja prescrito por alguém, livre de qualquer influência, é agir livremente. A “indiferença é o estado em que o intelecto é incapaz de apresentar à vontade a razão que justifique o seu assentimento a uma dada coisa. O indiferente é livre na medida em que não é determinado por nada, por nenhuma força externa, a assentir a algo” (Soares 2008, p.103).

A segunda tese, defendida por Descartes, é que a razão pode me levar a decidir entre uma e outra opção, me inclinando a escolher a melhor; nesse caso, a potência de se determinar está na faculdade da vontade e a indiferença não me permite ser livre, porque quando decido indiferentemente significa que não sou capaz de perceber qual a melhor opção, por isso, escolho sem critérios. Na *Quarta Meditação*, Descartes diz que “a indiferença que experimento, quando nenhuma razão me leva mais para um lado do que para o outro, é o ínfimo grau da liberdade e não atesta nenhuma perfeição sua, mas somente uma deficiência do conhecimento ou alguma negação” (AT VII 58), e posteriormente na carta a Mesland de 9 de fevereiro de 1645:

[...] a indiferença me parece significar propriamente o estado no qual a vontade está quando não está posta de um lado mais que de outro pela percepção do verdadeiro ou do bem; e é nesse sentido que eu me apoiei quando escrevi que o mais baixo grau da liberdade é aquele no qual nos determinamos às coisas pelas quais somos indiferentes. (Carta a Mesland de 9 fevereiro de 1645)

Temos, portanto, a indiferença classificada como o menor grau de liberdade que expressa uma *deficiência do conhecimento*, ou seja, quando não

¹ A referência usada para os textos de Descartes é a edição Adam et Tannery (*Oevres de Descartes*, publiées par Charles Adam et Paul Tannery, 11 vols. Paris: Vrin, 1996). Na notação simplificada usada internacionalmente, AT indica a edição; os numerais romanos, o volume; e os algarismos arábicos, o número da página. Todas as citações de passagens das *Meditações Metafísicas* serão extraídas da tradução de Fausto Castilho (Coleção multilíngues de filosofia UNICAMP, Ed. UNICAMP, São Paulo, 2004).

² As citações de passagens dos *Princípios da Filosofia* serão extraídas da tradução de Guido Antônio de Almeida (coordenador), Raul Landim Filho, Ethel M. Rocha, Marcos Gleizer e Ulysses Pinheiro (Edição bilíngue, Ed.UFRJ, Rio de Janeiro, 2002). As citações serão acompanhadas da notação da edição em latim Adan & Tannery (AT) da obra de Descartes, seguida do número do volume e do número da página nessa edição.

sou capaz de apreender pelo intelecto, conhecer algo, não consigo deliberar, pois não enxergo a alternativa melhor. Quando o homem age indiferentemente, há uma participação maior no não-ente, quer dizer, há uma negação das perfeições divinas. A indiferença é contrária à liberdade: quando consigo ver claramente o que é bom e verdadeiro não deixo de optar e decido pela melhor opção. A indiferença ocorre “quando nenhuma razão me leva mais para um lado do que para o outro” (AT VII 58).

Pensemos na liberdade como uma balança antiga com dois pratos equidistantes e um eixo central. Esse eixo, que não inclina para nenhum dos lados, é o que podemos chamar de situação de indiferença. Quanto mais propendo para um ou outro lado da balança porque entendo o que é verdadeiro e bom, e Deus assim dispôs meu pensamento para que sempre me motivasse em direção ao conteúdo verdadeiro, dessa forma sou mais livre.

A razão, iluminada pela luz natural, demonstra a evidência das coisas. Quando afirmamos algo que é verdadeiro ou bom iluminado pela luz natural é porque “Deus assim dispôs o íntimo de meu pensamento” (AT VII 58), está em mim, no meu íntimo, “o termo íntimo revela, digamos assim, a interioridade do fundamento da ação livre em oposição ao que lhe restringe a liberdade, que é determinado por ‘força exterior’” (SOARES, 2008, p.104), estamos falando de uma força interna, uma luz que ilumina a razão e auxilia o homem a deliberar.

Para ser livre, não é preciso que eu possa indiferentemente me inclinar para uma ou para outra parte, mas, ao contrário, quanto mais propendo para uma delas – seja porque nela entendo evidentemente o verdadeiro e o bom, seja porque Deus assim dispôs o íntimo de meu pensamento – tanto mais livremente a escolho. (AT VII 57)

A graça divina e o conhecimento natural nunca diminuem nossa liberdade e sim a aumentam. Na carta a Mesland de 2 de maio de 1644 Descartes afirma que para agir bem, é importante que nossa vontade siga fortemente a luz de nosso intelecto e que não seja de modo algum indiferente,

[...] não escrevi, de modo algum, que a Graça impede inteiramente a indiferença; mas somente que ela nos faz pender mais para um lado que para o outro, e assim como ela [a graça] a diminui [a indiferença], não obstante não diminui a liberdade; de onde segue, me

parece, que essa liberdade não consista de modo algum na indiferença.

A graça apesar de permitir aos homens a clareza e distinção, não elimina, de todo, a possibilidade de indiferença. O conteúdo claro e distinto motiva a ação da vontade, mas isso não impede que a vontade aja diante de conteúdos obscuros e confusos, especialmente quando há neles algo claro, isso faz com que a vontade se engane diante dele, “não se requer, porém (ao menos para julgar de um modo qualquer) uma íntegra e omnímota percepção da coisa, pois podemos assentir a muitas coisas que não conhecemos senão de maneira muito obscura e confusa.” (AT VIII 18), podemos errar ao fazer juízo acerca de coisas que não temos ideia clara e distinta. A vontade propende irresistivelmente para o que é conhecido completamente claro e distintamente, tudo o que é mostrado pela luz natural não pode nunca ser algo duvidoso “não pode haver nenhuma outra faculdade em que confie tanto quanto nessa luz” (AT VII 38). O Homem, naturalmente, se volta ao que é bom e verdadeiro. Devemos considerar esse o auge da liberdade, quando essa força interna impulsiona a vontade em direção a uma opção, e assim, a ação é espontânea, quanto mais espontânea mais livre. É a espontaneidade que exprime a independência e a autonomia do espírito que permite distinguir os atos voluntários de toda espécie de desejo, de inclinação e de paixão, por isso ela é a principal característica da vontade, “porque um ato verdadeiramente e realmente espontâneo é quase um ato criador, porque é na ‘superabundância de sua própria essência’ que a alma encontra a força necessária para o ato livre, para a determinação de si mesma” (Koyré 1987, p.28).

Quando a razão propende para um lado não podemos, moralmente falando, ir para o lado contrário, mas absolutamente falando podemos. Quer dizer, estamos falando de percepções que se manifestam de forma tão clara e distinta que é impossível errar quanto a elas. Como a certeza de Descartes com relação à sua existência, nada é mais claro e distinto quanto o *cogito* (na *Segunda Meditação*), que até mesmo quando é negado está sendo reafirmado, ou seja, o fato de pensar que não existo, neste momento em que penso, existo. Ou seja, moralmente falando é extremamente absurdo negar o cogito, mas a negação serve para garantir uma liberdade minimamente teórica.

A indiferença no seu sentido negativo trata-se da hesitação diante da pouca motivação da vontade, isso ocorre quando a verdade não está evidente e a vontade é obrigada a agir de modo indiferente a uma das direções. Para Descartes “o

mais baixo grau da liberdade é aquele em que nos determinamos às coisas pelas quais somos indiferentes” (AT IV 162 - Carta a Mesland, 9 de fevereiro de 1645), que é o sentido negativo da indiferença, no seu sentido positivo ela é um poder da vontade, como Cottingham explica:

[...] se considerada como *estado* ou *condição* em que nos encontramos quando a evidência não é clara, a indiferença não é algo admirável, mas sim algo de nível inferior – um mero defeito. A indiferença, no sentido de uma *faculdade de escolha*, entretanto, é um poder genuíno e autônomo da vontade, de alcance irrestrito (Cottingham 1995, p.87).

A indiferença está presente não só nas coisas das quais meu intelecto nada conhece, mas também quando a vontade delibera a respeito de coisas que não são por ele conhecidas muito claramente. Conjecturas prováveis podem motivar minha vontade para uma das partes, mas o conhecimento de que se tratam de conjecturas e não razões certas e indubitáveis pode me levar para o lado contrário (AT VII 59), como ocorreu quando Descartes na *Primeira Meditação* duvidou de todas as coisas que pudessem ser postas em dúvida e depois, mais adiante, percebeu sua atitude radical. Na conjectura há alternativas, ela leva à dúvida, que é por si um ato de liberdade.

A luz que está no intelecto ilumina o pensamento e mostra as ideias claras e distintas, esta luz que faz com que minha vontade se incline para o lado do verdadeiro e do bem, o que me leva a uma maior liberdade, quanto mais espontâneo, mais livre eu sou nas minhas escolhas, e menos indiferente eu fui,

Pois, se eu visse sempre claramente o que é verdadeiro e o que é bom, nunca deliberaria sobre o que se deve julgar e o que se deve escolher e, assim, embora completamente livre, eu nunca poderia ser, contudo, indiferente. [...] Ora, se me abstenho de julgar, quando não percebo o verdadeiro com suficiente clareza e distinção, é claro que ajo retamente e não me engano; ao passo que, se julgo, afirmando ou negando, não uso retamente a liberdade de arbítrio. (AT VII 58)

Posso, pois, me abster de fazer juízo sobre o que não percebo com suficiente clareza e distinção, dessa forma não me engano, é melhor do que afirmar ou negar sobre essas coisas. Pois, se decido pela parte falsa, erro totalmente, e se por acaso opto pela verdadeira continuo tendo culpa porque o intelecto deve sempre preceder a

deliberação da vontade. O erro é, portanto, um uso incorreto do livre-arbítrio. É uma privação da criatura que não vem do criador “é do princípio do intelecto finito que não entenda muitas coisas, e do princípio do intelecto criado que seja finito” (AT VII 60), mesmo sendo dessa forma ainda assim a criatura é mais perfeita por produzir atos de vontade, mesmo que sejam errados, do que se não os tivesse de modo algum: eu seria menos perfeito se não tivesse a vontade, e menos livre se ela não fosse ilimitada. Os atos da vontade são naturalmente bons, porque dependem de Deus. O problema está na minha negação, é uma imperfeição minha não fazer o reto uso dessa liberdade ao julgar o que não entendo claramente. Para Descartes é melhor saber o verdadeiro e optar pela indiferença do que não conhecer o verdadeiro, assim eu exprimo muito mais minha liberdade; estou errando por escolha e não por ignorância. A liberdade está antes e durante o cumprimento dos atos de vontade.

Como aceitar que a vontade é livre e ao mesmo tempo é determinada pelo conteúdo claro e distinto apresentado pelo intelecto? Liberdade e necessidade não são conceitos contraditórios? A necessidade da qual falamos é uma necessidade moral, como Descartes afirma:

[...] quando uma razão muito evidente nos leva para um lado, embora, moralmente falando, quase não podemos ir para o lado contrário, absolutamente falando, todavia, nós podemos. Com efeito, nos é sempre possível nos conter em perseguir um bem claramente conhecido ou admitir uma verdade evidente, enquanto pensamos que é um bem afirmar desse modo o nosso livre arbítrio (Carta a Mesland de 9 de fevereiro de 1645).

Então, “*Metafisicamente* falando, há sempre uma possibilidade, ao menos uma possibilidade lógica quando um ato determinado da vontade não se cumpre, mas, em certos casos, é impossível moralmente” (Koyré 1987, p.38). A vontade não é necessitada, é livre por sua espontaneidade (Rocha 2011), “[...] é ela mesma que se porta livremente e espontaneamente em direção ao bem quando todos os obstáculos que puderam atrapalhar sua ação autônoma são eliminados” (Koyré 1987, p.38).

A percepção clara e distinta não produz o ato da vontade, e não é nada além da causa direta e afetante. A causa do ato, ou ainda sua fonte, é a vontade ela mesma e a claridade do

intelecto não faz senão acionar seu ato, ou, para ser mais exato, não faz senão realizar as condições nas quais a vontade pode agir em sua soberana e absoluta liberdade, liberada de todo entrave, e tudo o que poderia impedir e atrapalhar seu exercício (Koyré 1987, p.40).

A vontade se liga à sua perfeição quando se determina segundo os decretos eternos de Deus. Ela não pode recusar seu assentimento ao que é inteiramente claro e distinto, pois “é verdadeiro tudo o que percebo muito clara e muito distintamente” (AT VII 35). A luz natural ilumina nossa razão e nos mostra o que é bom e verdadeiro, essa luz vem da luz de Deus.

Na carta a Mesland, Descartes ainda afirma que “a liberdade pode ser considerada nas ações da vontade antes ou durante a realização” (Carta a Mesland de 9 de fevereiro de 1645), isto é, antes da realização das ações, quando opomos nosso julgamento daqueles de outros, somos mais livres ao fazer coisas que ninguém havia prescrito; mas não podemos dizer o mesmo quando nos opomos ao que os outros dizem não porque a outra opção nos parece boa ou má, e sim, simplesmente porque ao nos opor estamos aparentando mais liberdade.

Uma maior liberdade consiste, com efeito, ou em uma grande facilidade de se determinar ou em um maior uso dessa potência positiva que temos de seguir o pior, sempre vendo o melhor. Se tomarmos a parte onde vemos mais bens, nós nos determinamos mais facilmente; se seguimos a parte contrária, usamos capacidades dessa potência positiva; **assim, podemos sempre agir mais livremente nas coisas onde vemos mais de bem que de mal, do que nas coisas chamadas por nós indiferentes.** (Carta a Mesland de 9 de fevereiro de 1645, *grifos nossos*).

Nesse sentido, podemos dizer que somos menos livres ao realizar algo que tenha sido comandado do que outro que não nos é comandado por ninguém. Considerada agora nas ações da vontade durante a realização, não há indiferença, porque após a realização da ação não tem como voltar atrás. A liberdade consiste somente na facilidade de sua execução (Carta a Mesland de 9 de fevereiro de 1645), sendo livre, espontânea e voluntária; que, sendo dessa forma nossa vontade se move mais facilmente e com mais impulso.

Portanto, somos mais livres quando escolhemos, seja a melhor opção, quando a vontade propende para verdadeiro e bom, ou então, quando mesmo enxergando o claro e distinto escolhemos a opção contrária, pois, a vontade mesmo diante de um conteúdo claro e distinto pode livremente mudar sua ação.

REFERÊNCIAS

Abbagnano N. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Conttingham J. Dicionário Descartes. Tradução de Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

Descartes R. Oeuvres et Lettres. Textes présentés par André Bridoux. Paris: Gallimard, 1953.

Descartes R. Meditações sobre Filosofia Primeira. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

Descartes R. Oeuvres de Descartes, 11 vols. Publiées par Charles Adam et Paul Tannery. Paris: Vrin, 1996a.

Koyré A. Essai sur l'idée de Dieu et les preuves de son existence chez Descartes. Paris: Éditions Ernest Leroux, 1987.

Rocha EM. Infinitude da Vontade no Homem e em Deus segundo Descartes. *Analytica*, 15(1): 137, 2011.

Soares AGT. O Filósofo e o Autor. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

ANEXOS

1. Tradução da carta a Mesland, de 2 de maio de 1644³

Ao Pe. Mesland⁴

Leyde, 2 de maio de 1644

Meu Reverendo Padre,

Sei que é muito desconfortável entrar nos pensamentos de outrem, e a experiência me fez conhecer quantos dos meus parecem difíceis a várias pessoas; o que faz com que eu tenha grande culpa da dificuldade que vos tendes encontrado ao examiná-los; e não posso ter senão maiores opiniões de vós, vendo que os possuís de tal modo que eles são agora mais vossos que meus. E as dificuldades que vós gostaríeis de me propor, estão ainda na matéria, e no defeito de minha expressão, do que algum defeito de vossa inteligência; pois vós reunis a solução dos principais. Mas não deixarei de dizer aqui minha opinião sobre todos.

³ Tradução da carta Au P. Mesland, Leyde, 2 mai 1644 disponível em: DESCARTES, René. *Oeuvres et Lettres*. Textes présentés par André Bridoux. Paris: Gallimard, 1953.

⁴ R. P. Jesuíta, muito dedicado a Descartes, o que lhe é digno de ser “expulso do Canadá”.

Confesso que, nas causas físicas e morais, que são particulares e limitadas, experimenta-se frequentemente que aquelas que produzem algum efeito, não são capazes de produzir vários outros que nos parecem menores. Assim, um homem que pode produzir um outro homem, não pode produzir uma formiga; e um rei, que se faz obedecer por todo um povo não pode, outrora, se fazer obedecer por um cavalo. Mas, quando a questão é de uma causa universal e indeterminada, me parece que é uma noção comum muito evidente que, *quod potest plus, potest etiam minus*, assim como *totum est majus sua parte*⁵. E mesmo essa noção extensa se estende também a todas as causas particulares, tanto morais como físicas; pois seria mais a um homem poder produzir homens e formigas, do que só poder produzir homens; e seria uma maior potência a um rei comandar também os cavalos do que comandar somente seu povo; como simula-se que a música de Orfeu pudesse comover até mesmo os animais, por lhe atribuir mais do que força.

Pouco importa que minha segunda demonstração, fundada sobre nossa própria existência, seja considerada como diferente da primeira, ou somente como uma explicação dessa primeira. Mas, assim como é um efeito de Deus ter me criado, o é também ter deixado em mim sua ideia; e não há nenhum efeito vindo dele, pelo qual não se possa demonstrar sua existência. Todavia, me parece que todas essas demonstrações, tomadas dos efeitos, retomam a uma; e mesmo que elas não estejam acabadas, se esses efeitos não nos são evidentes (é porque considere antes minha própria existência, do que aquela do céu e da terra, da qual eu não estou tão certo), e se nós aí unirmos a ideia que temos de Deus. Pois, minha alma sendo finita, não posso conhecer senão que a ordem das causas não é infinita, pelo contrário, tenho em mim essa ideia da primeira causa; e ainda que se admita uma primeira causa, que me conserva, não posso dizer que ela seja Deus se não tenho verdadeiramente a ideia de Deus. O que insinuei em minhas respostas às primeiras objeções, mas em poucas palavras, afim de não minimizar as razões dos outros que admitem comumente que *non datur progressus in infinitum*⁶. E eu, não o admito; pelo contrário, creio que *datur reveratalisa progressus in divisione partium materiae*⁷, como se verá em meu tratado de filosofia, que acaba de ser impresso.

Que eu não saiba, de modo algum, ter determinado que Deus faz sempre o que conhece

ser o mais perfeito, e não me parece que um espírito finito possa julgar sobre isso. Mas tenho a tarefa de esclarecer a dificuldade proposta, tocando a causa dos erros, suponham que Deus tivesse criado o mundo mais perfeito; porque, suponham o contrário, essa dificuldade cessa inteiramente.

Estou muito agradecido sobre o que vós me instruíis sobre a posição de Santo Agostinho, que podem servir como autoridade às minhas opiniões; alguns outros dos meus amigos tendo já feito algo parecido; e estou muito satisfeito de que meus pensamentos concordam com aqueles de um tão santo e tão excelente figura. Pois não levo com bom humor aqueles que desejam que suas opiniões pareçam novas; pelo contrário, concilio as minhas àquelas dos outros, tanto quanto a verdade me permite.

[...]

O erro moral que surge, quando se acredita, com razão, na falsidade de uma coisa, porque um homem de bem nos disse etc., não contém nenhuma privação quando a asseguramos para reger as ações de nossa vida, coisa que sabemos moralmente melhor; e assim isso não é propriamente um erro. Mas seria uno, se assegurássemos como uma verdade da física, porque o testemunho de um homem de bem não é suficiente para isso.

Para o livre arbítrio, não havia visto o que R.P.Petau⁸ escreveu; mas da maneira como vós explicais a opinião dele sobre esse assunto, não me parece que a minha esteja muito distante. Pois, primeiramente eu vos peço para notar, que não disse de modo algum que o homem não fosse indiferente senão onde falta conhecimento; mas, que ele é mais indiferente, quando conhece menos razões que o empurram a escolher uma parte ao invés da outra; o que não pode, ao que me parece, ser negado a ninguém. E eu estou de acordo com vós, nisso que dizeis que se pode suspender seu julgamento; mas tenho a tarefa de explicar o meio pelo qual se pode suspendê-lo. Pois é, me parece, certo que, *ex magna luce in intellectu sequitur magna propensio in voluntate*⁹; de forma que, vendo muito claramente que uma coisa nos é própria, não é muito fácil, e mesmo, como creio, impossível, enquanto se resida nisso esse pensamento, de parar o curso de nosso desejo. Mas, porque a natureza da alma é de não ser quase senão um momento atento a uma mesma coisa, assim que nossa atenção se desvia de razões que

⁵ Aquele que pode mais pode também menos, (ou melhor que) o todo é maior que sua parte.

⁶ Não há progresso ao infinito

⁷ Há certamente um progresso desse gênero na divisão das partes da matéria.

⁸ Autor de um tratado em três livros sobre o livre arbítrio.

⁹ De uma grande luz no intelecto segue uma grande inclinação na vontade.

nos fazem conhecidas que essa coisa nos é própria, e que retemos somente em nossa memória o que nos pareceu desejável, podemos representar ao nosso espírito alguma outra razão que diso nos faça duvidar, e assim suspender nosso julgamento, e mesmo também talvez criar um contrário. Assim, porque vós não colocais a liberdade na indiferença precisamente, mas em uma potência real e positiva de se determinar, não há diferença entre nossas opiniões senão pelo nome; pois admito que esta potência está na vontade. Mas, porque eu vejo que ela seja outra, quando está acompanhada da indiferença, a qual vós admitis ser uma imperfeição, do que quando ela não está acompanhada, e que não há nada no intelecto senão a luz, como naqueles bem-aventurados que são crismados na graça, eu chamo geralmente livre, tudo o que é voluntário, e quereis restringir este nome à potência de se determinar, que é acompanhada de indiferença. Mas eu não desejo nada além, no tocante aos nomes, que de seguir o uso e o exemplo.

Para os animais sem razão, é evidente que não são livres, pois eles não têm essa potência positiva de se determinar; mas é neles uma pura negação, de não serem forçados nem limitados.

Nada me impediu de falar da liberdade que nós temos ao seguir o bem ou o mal, senão que queria evitar, tanto quanto eu pudesse, as controvérsias da teologia, e me deter nos limites da filosofia natural. Mas, confesso que em todo evento onde há ocasião de pecar há indiferença; e não creio que, para fazer o mal, seja necessário ver claramente que o que nós fazemos é ruim; é suficiente ver confusamente, ou somente de se lembrar que se julgou outrora que aquilo o fosse, sem o ver em nenhuma maneira, isto é, sem se ater às razões que o provam; pois, se nós o víamos claramente, nos seria impossível pecar durante o tempo que nós o víamos desse modo; é por isso que se diz *omnis peccans est ignorans*¹⁰. E não deixa de ter mérito, embora, vendo muito claramente o que é necessário fazer, se faça infalivelmente, e sem nenhuma indiferença, como fez Jesus Cristo nesta vida. Pois, podido ao homem não ter sempre uma perfeita atenção às coisas que deve fazer, é uma boa ação ter, e fazer, por seu meio, que nossa vontade siga tão forte a luz de nosso intelecto, que não seja de modo algum de todo indiferente. Além, não escrevi, de modo algum, que a Graça impede inteiramente a indiferença; mas somente que ela nos faz pender mais para um lado que para o outro, e assim como ela [a graça] a diminui [a indiferença],

não obstante não diminui a liberdade; de onde segue, me parece, que essa liberdade não consista de modo algum na indiferença.

Para a dificuldade de conceber, como foi livre e indiferente a Deus fazer com que não fosse verdadeiro, que os três ângulos de um triângulo fossem iguais a dois retos, ou geralmente que os contraditórios não possam existir conjuntamente, pode-se facilmente disso extrair, considerando que a potência de Deus não pode ter limites; em seguida, considerando que nosso espírito é finito e criado de tal natureza, que pode conceber como possíveis as coisas que Deus quis ser verdadeiramente possíveis, mas não de tal [natureza] que pudesse também conceber como possíveis aquelas que Deus pudesse tornar possíveis, mas que todavia quis tornar impossíveis. Pois a primeira consideração nos faz conhecer que Deus não pode ter sido determinado a fazer que fosse verdadeiro, que os contraditórios não possam estar conjuntamente, e que, por consequência, ele pôde fazer o contrário; em seguida, a outra [consideração] nos assegura que, embora isso seja verdade, não devemos procurar compreendê-lo, porque nossa natureza disso não é capaz. E ainda que Deus quisesse que algumas verdades fossem necessárias, isso não quer dizer que as tivesse necessariamente querido; pois é diferente querer que elas fossem necessárias e querer necessariamente, ou ser necessário querer. Confesso que há contradições que são tão evidentes que não as podemos representar ao nosso espírito sem que as julgemos inteiramente impossíveis, como aquela que propondes: *Que Deus pudesse fazer com que as criaturas não fossem de modo algum dependentes dele*. Mas não as devemos representar, para conhecer a imensidão de sua potência, nem conceber nenhuma preferência ou prioridade entre seu intelecto e sua vontade; pois a ideia que temos de Deus nos ensina que não há nele senão uma só ação, toda simples e toda pura; que essas palavras de Santo Agostinho exprimem muito bem: *Quia vide ea, sunt, etc.*¹¹, porque em Deus *videre* e *velle*¹² não são senão uma mesma coisa.

[...]

2. Tradução da carta a Mesland, de 9 de fevereiro de 1645

[AU P. MESLAND]

[Egmond, 9 de fevereiro de 1645]¹³

¹⁰ Todo homem que peca é um homem que ignora.

¹¹ Porque tu vês essas coisas, elas são (*Confissões, XIII, 38*)

¹² Ver e querer.

¹³ Tradução. – Essa carta é conhecida sob três formas. 1º O texto latino o qual está aqui a tradução. 2º Uma tradução francesa que temos dado anteriormente, ao

No que se refere ao livre arbítrio, estou completamente de acordo com o que escreveu o Reverendo Padre. E, para expor mais completamente minha opinião eu gostaria de salientar a esse respeito que a indiferença me parece significar propriamente o estado no qual a vontade está quando não está posta de um lado mais que de outro pela percepção do verdadeiro ou do bem; e é nesse sentido que eu me apoiei quando escrevi que o mais baixo grau da liberdade é aquele no qual nos determinamos às coisas pelas quais somos indiferentes. Mas possivelmente o que os outros entendem por indiferença uma faculdade positiva de se determinar para um ou outro de dois contrários, isto é para perseguir ou para fugir, para afirmar ou para negar. Essa faculdade positiva, não tenho negado que ela estivesse na vontade. Mais, estimo que ela está aí, não somente nesses atos onde ela não é posta por razões evidentes de um lado mais que de outro, mas também em todos os outros; nesse ponto que, quando uma razão muito evidente nos leva para um lado, embora, moralmente falando, quase não podemos ir para o lado contrário, absolutamente falando, todavia, nós podemos. Com efeito, nos é sempre possível nos conter em perseguir um bem claramente conhecido ou admitir uma verdade evidente, enquanto pensamos que é um bem afirmar desse modo o nosso livre arbítrio.

Ademais, é necessário notar que a liberdade pode ser considerada nas ações da vontade antes ou durante a realização.

Considerada nessas ações antes da realização, ela implica a indiferença tomada no segundo sentido e não ao primeiro. Bem que nós podemos dizer, quando opomos nosso próprio julgamento aos comandos dos outros, que somos mais livres ao fazer as coisas pelas quais nada nos tinha sido prescrito pelos outros e naquelas nos é permitido seguir nosso próprio julgamento em fazer isso que nós somos impedidos, não podemos dizer da mesma maneira, quando nos opomos uns aos outros nos julgamentos ou nos conhecimentos, que nós somos mais livre ao fazer as coisas que não nos parecem nem boas nem más, ou nas quais nós vemos tanto bem quanto mal que de fazer aquelas onde nós vemos mais bem que mal. Uma maior liberdade consiste, com efeito, ou em uma grande facilidade de se determinar ou em um maior uso dessa potência positiva que temos de seguir o pior, sempre vendo o melhor. Se tomarmos a parte onde vemos mais bens, nós nos determinamos mais facilmente; se seguimos a parte contrária, usamos capacidades dessa potência positiva; assim,

podemos sempre agir mais livremente nas coisas onde vemos mais de bem que de mal, do que nas coisas chamadas por nós indiferentes. Nesse sentido pode-se mesmo dizer que as coisas que nos são comandadas pelos outros e que sem isso não faríamos de modo algum de nós mesmos, nós os fazemos menos livremente do que essas que não nos são comandadas; porque o julgamento que elas são difíceis de fazer é oposto ao julgamento que é bom fazer o que é comandado, e, esses dois julgamentos, quanto mais eles nos movem igualmente, mais eles inserem em nós a indiferença tomada no primeiro sentido.

Considerada agora nas ações da vontade, enquanto elas se realizam, a liberdade não implica nenhuma indiferença, tomada no primeiro ou no segundo sentido; porque o que é feito não pode permanecer não feito, haja visto que se o fez. Mas ela consiste na sua facilidade de execução, e ainda, livre, espontânea e voluntária não sendo senão uma mesma coisa. É nesse sentido que escrevi que estou inclinado tanto mais livremente em direção a alguma coisa que sou impelido por mais razões, pois é certo que nossa vontade se move então com mais facilidade e mais impulso.

endereço de Mersenne, e na data de 27 de maio de 1641.
3º uma tradução latina dessa tradução.